

FMI CONFIRMA MAIS US\$14 BILHÃO

Mas o Brasil só receberá o novo empréstimo quando formalizar a renegociação da dívida com os bancos privados

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou ontem um empréstimo de US\$ 1,4 bilhão ao Brasil, que, entretanto, só poderá ser sacado quando for considerado satisfatório o nível de adesões dos bancos comerciais ao pacote de médio prazo, que indiretamente dependia do FMI. O novo empréstimo também foi anunciado oficialmente pelo ministro Maílson da Nóbrega, em Brasília.

Um círculo vicioso? "Não", corrigiu uma importante fonte das negociações: "Um círculo virtuoso".

Esta mesma fonte contou que o programa brasileiro foi aprovado "tranqüilamente" pela diretoria do FMI, numa reunião "relativamente curta", em Washington.

O próprio Fundo divulgou apenas uma curta declaração, na tarde de ontem, enfatizando que o empréstimo foi aprovado "em princípio": ele só vai "entrar em vigor quando o FMI achar satisfatório o nível de comprometimento dos bancos comerciais às necessidades de financiamento do Brasil".

O porta-voz do Fundo não quis ir mais além, comentando algum detalhe da reunião, que terminou às 13 horas. Um comunicado formal à imprensa só sairá quando parte do US\$ 1,4 bilhão, talvez o primeiro terço, for desembolsada.

"Isto só vai ocorrer quando o pacote obtiver 90% de adesões", antecipou uma fonte familiar com o FMI, acrescentando: "Para o Fundo desembolsar, é preciso que o programa brasileiro esteja totalmente financiado, com todos os recursos garantidos".

O "círculo virtuoso", também chamado de "dialética positiva", é uma consequência da estratégia brasileira de desvincular o acordo com o FMI do pacote de médio prazo. As negociações ocorreram paralelamente, embora no final um acordo dependa do outro, como se estivessem atados.

O ministro Maílson da Nóbrega não minimizou a importância que a aprovação do FMI, ontem, poderia ter sobre a adesão dos bancos ao pacote de US\$ 5,2 bilhões, acertado preliminarmente em junho, e que estaria lenta, segundo alguns banqueiros. Ele disse à imprensa, em sua passagem por Nova York, na segunda-feira, que os banqueiros já antecipavam a aprovação do FMI, e que ela "poderá ser um estímulo, não uma causa", para o fechamento do pacote.

Uma fonte do governo norte-americano revelou-se otimista ao

ser consultada: "As perspectivas são boas, no momento", disse descartando a ameaça de que o pacote possa não ser fechado perdendo-se assim o empréstimo do FMI, se uma tendência detectada na área bancária, e mostrada ontem pelo *The Wall Street Journal*, crescer ainda mais.

A tendência a se desfazer de empréstimos estrangeiros é cada trimestre maior entre os bancos americanos. A novidade, agora, seria a de que os bancos de Chicago e da Califórnia teriam passado à frente dos grandes bancos de Nova York.

Senão, vejamos os números: os bancos de Nova York reduziram seus empréstimos ao Terceiro Mundo em US\$ 884 milhões no segundo trimestre do ano, US\$ 103 milhões a mais do que no primeiro, com o Citicorp na liderança. Já os bancos de Chicago e da Califórnia reduziram US\$ 1,54 bilhão, uma diferença de cerca de US\$ 900 milhões em relação ao trimestre anterior.

Essa tendência demonstra muito mais um desejo de fuga dos empréstimos ao Terceiro Mundo, pelos bancos, do que um interesse em aderir a novos pacotes como o do Brasil, México e Argentina. As reduções estão sendo obtidas com uma venda agressiva de parte das dívidas no mercado secundário e em conversões da dívida.

A adesão ao pacote do Brasil, do qual depende o desembolso do empréstimo do FMI, é considerado um teste importante. Ele oferece uma reconhecida vantagem sobre os pacotes anteriores, incluindo inovações como **exit bonds**, ou títulos de saída, num total de US\$ 5 bilhões, e a possibilidade para que cada banco receba 20% do que contribuir para o pacote em bônus comercializáveis.

"O pacote brasileiro oferece mais oportunidades do que qualquer um, até hoje, para redução da dívida e conversão de dívida em moeda estrangeira para moeda local através de trocas divida-patrimônio e **exit bonds**" — disse o presidente do Comitê de Bancos Credores, William Rhodes, ao *Journal*. Para a imprensa brasileira, anteontem, ele não viu maiores obstáculos para fechar o pacote, depois de almoçar com o ministro Maílson da Nóbrega. A impressão geral, entre brasileiros e banqueiros, é a de que o pacote de US\$ 5,2 bilhões poderá ser definitivamente amarrado em setembro, com o primeiro desembolso previsto para outubro.

**Moisés Rabinovici,
de Washington**